



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB**  
**FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA - FAV**

**PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR EM POSSE – GOIÁS**  
**A (DES)CONEXÃO ENTRE A PRODUÇÃO E O CONSUMO DE**  
**FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS - FLV**

**Kauana Barbosa de Oliveira**

**MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA**

**BRASÍLIA – DF**

**Abril, 2019.**

**Universidade de Brasília – UnB**  
**Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária - FAV**

**Kauana Barbosa de Oliveira**

**PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR EM POSSE – GOIÁS**  
**A (DES) CONEXÃO ENTRE A PRODUÇÃO E O CONSUMO DE FRUTAS,**  
**LEGUMES E VERDURAS - FLV**

Monografia apresentada à Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília, como parte das exigências do curso de Graduação em Agronomia, para a obtenção do título de Engenheira Agrônoma.

Orientador:  
**PROF. DR. ARMANDO FORNAZIER**

**BRASÍLIA – DF**  
**Abril/2019**

## FICHA CATALOGRÁFICA

OLIVEIRA, K. B.

Produção e Abastecimento Alimentar em Posse – Goiás, A (des)conexão entre a produção e o consumo de frutas, legumes e verduras - FLV/ Kauana Barbosa de Oliveira; orientação de Armando Fornazier – Brasília – 2019.

Monografia - Universidade de Brasília/Faculdade de Agronomia e

Medicina Veterinária, 2019.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

OLIVEIRA, K. B. **Produção e Abastecimento Alimentar em Posse – Goiás, a (des)conexão entre a produção e o consumo de frutas, legumes e verduras - FLV.** p.54, 2019. Monografia (Graduação em Agronomia) - Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2019.

## CESSÃO DE DIREITOS

**Nome da Autora:** Kauana Barbosa de Oliveira

**Título da Monografia de Conclusão de Curso:** Produção e Abastecimento Alimentar em Posse – Goiás, A (des)conexão entre a produção e o consumo de frutas, legumes e verduras - FLV.

**Grau:** Graduação      **Ano:** 2019

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta monografia e para emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva-se a outros direitos de publicação e nenhuma parte desta monografia pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

---

Kauana Barbosa de Oliveira – CPF: 047.106.911-69. E-mail: [okauana@gmail.com](mailto:okauana@gmail.com)

**Universidade de Brasília – UnB**

**Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária - FAV**

Kauana Barbosa de Oliveira

**PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR EM POSSE – GOIÁS**  
**A (DES)CONEXÃO ENTRE A PRODUÇÃO E O CONSUMO DE FRUTAS,**  
**LEGUMES E VERDURAS - FLV**

Monografia apresentada à Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília, como parte das exigências do curso de Graduação em Agronomia, para a obtenção do título de Engenheira Agrônoma.

Aprovado em 12 de abril de 2019

COMISSÃO EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Armando Fornazier

Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da UnB

(Orientador)

---

Prof. Dr. Jaim José da Silva Junior

Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da UnB

(Examinador)

---

Msc. Tiago Moraes Silva

Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA)

(Examinador)

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho:*

*A Deus e ao Divino Espírito Santo por me dar tranquilidade e perseverança de chegar até aqui.*

*Aos meus pais, parentes e amigos pelo apoio em todos os momentos.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus e ao Divino Espírito Santo por todas as oportunidades que tive durante todos os anos de minha graduação. Ainda pela sabedoria adquirida, pela saúde e todas as pessoas que fizeram parte dessa jornada.

Ao meu pai, Edvaldo, por ter me dado a oportunidade de mudar de cidade para realizar o meu sonho de ingressar em uma Universidade Federal.

À minha mãe, Avani, minha irmã Nádila, minha sobrinha Maria Júlia por estarem comigo em todos os momentos, dando apoio e incentivando.

À minha tia Luciana, minha avó Abadia e minha prima Laliane, que não pouparam esforços para me ajudar a concluir minha graduação.

Ao meu orientador, Dr. Armando Fornazier pela paciência, cuidado e principalmente pela oportunidade de trabalhar neste projeto e pela sua enorme contribuição.

Aos meus amigos, que foram muito importantes durante toda a graduação, fazendo parte tanto na hora dos trabalhos como nas horas de lazer, pessoas em especial: Paulo, Ana Maria, Larissa, Lucas e Adílio.

À Universidade de Brasília (UnB), que me proporcionou momentos incríveis e inesquecíveis, um local com tamanha diversidade e que me deu o prazer de conhecer pessoas únicas, sensacionais e que irão fazer parte da minha vida toda. O amadurecimento que tive nesse local é imensurável.

## **LISTA DE SIGLAS**

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CEASA – Centrais de Abastecimento

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FLV – Frutas, Legumes e Verduras

FNDE – Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MUNIC – Pesquisa de Informações Básicas Municipais

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAM - Produção Agrícola Municipal

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SEAD - Secretaria Especial de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário

WHO – World Health Organization



## RESUMO

Em tempos em que a questão alimentar e nutricional ganha cada dia mais destaque, abordar a produção e o consumo de frutas, verduras e legumes (FLVs) torna-se essencial. O presente trabalho tem como objetivo pesquisar sobre o grau de conexão entre o que é consumido e o que é produzido pela população do município de Posse, localizado no estado de Goiás. Ainda, identificar o padrão alimentar da população local para analisar as possibilidades da produção da região atender à demanda gerada. Foram utilizadas pesquisas bibliográficas, pesquisa de campo com entrevistas presenciais com produtores, com o responsável pelo setor de FLV do município e com o secretário de agricultura. Com os consumidores foi utilizado um questionário eletrônico *online* na plataforma Google Forms a fim de definir o padrão alimentar dos habitantes locais. Com isso, foi possível observar as dificuldades encontradas pelo agricultor em comercializar e distribuir seus produtos, a existência da possibilidade de venda em mercados institucionais mas a inexistência desse tipo de comércio, além da possibilidade do encurtamento da cadeia da comercialização. É possível ainda constatar com os dados do trabalho que existe sim uma conexão entre o que é consumido pela população com o que é produzido localmente. Entretanto, por problemas na distribuição dos alimentos, existe a falta de comunicação entre os produtores e os consumidores.

Palavras-chave: abastecimento alimentar; produção local; agricultura; consumo

## **ABSTRACT**

In a time when the food and nutritional issue is becoming more prominent, approaching the production and consumption of fruits and vegetables (FLVs) becomes essential. The present study aims to investigate the degree of connection between what is consumed and what is produced by the population of the municipality of Posse, located in the state of Goiás. Also, identify the food pattern of the local population to analyze the possibilities of production of the region to meet the demand generated. We used bibliographical research, field research with face-to-face interviews with producers, with the FLV responsible for the municipality and with the secretary of agriculture. With consumers, an online questionnaire was used online in the Google Forms platform to define the food pattern of local people. With this, it was possible to observe the difficulties encountered by the farmer in marketing and distributing his products, the existence of the possibility of sale in institutional markets but the non-existence of this type of trade, besides the possibility of shortening the marketing chain. It is possible to verify with the data of the work that there is a connection between what is consumed by the population and what is produced locally. However, due to problems in food distribution, there is a lack of communication between producers and consumers.

**Keywords:** food supply; local production; agriculture; consumption

## Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. OBJETIVOS.....	13
2.1 OBJETIVO GERAL.....	13
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	13
3. METODOLOGIA .....	13
4. JUSTIFICATIVA.....	15
5. ASPECTOS DO LOCAL DA PESQUISA E REVISÃO DE LITERATURA.....	17
5.1 ASPECTOS SOBRE O MUNICÍPIO DE POSSE, GOIÁS .....	17
5.2 A PRODUÇÃO E O CONSUMO DE FLVs .....	22
5.3 CADEIAS AGROALIMENTARES CURTAS NO ABASTECIMENTO ALIMENTAR .....	28
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	32
6.1. PADRÃO ALIMENTAR DE FLVs EM POSSE, GOIÁS .....	32
6.2 PRODUÇÃO LOCAL EM POSSE, GOIÁS.....	34
7. CONCLUSÕES .....	40
REFERÊNCIAS.....	42
APÊNDICE I .....	48
APÊNDICE II .....	52
APÊNDICE III .....	53
APÊNDICE IV.....	54

## 1. INTRODUÇÃO

O Brasil consolidou-se no cenário mundial como uma grande potência agrícola tanto para a exportação quanto para o abastecimento interno, especialmente com o papel importante da agricultura familiar. Há ainda previsão de que o país será o maior exportador mundial em poucos anos, devido à melhora da produtividade e expansão das lavouras, na maior parte de cana, algodão e soja (FAO, 2015).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2016), empreendimentos focados na venda de FLVs (frutas, legumes e verduras) tornam-se importantes para o país, visto que é o terceiro maior produtor mundial de frutas frescas do mundo, de acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA (2018). Conta com um mercado de hortaliças demasiadamente diverso e segmentado, condensado em seis espécies – batata, tomate, melancia, alface, cebola e cenoura. Dentro desse setor de frutas, legumes e verduras, a agricultura familiar é a encarregada por mais da metade da produção (EMBRAPA, 2018).

Mesmo com esse conceito de grande produtor (CNA, 2018), o país ainda encontra desigualdades na produção e distribuição interna dos alimentos. Algumas regiões se especializaram em determinadas atividades agropecuárias e se destacam como grandes produtoras, porém, há regiões e grupos de agricultores que possuem dificuldades de produzir e acessarem os mercados. Especialmente quando se fala em segurança alimentar essa não é apenas uma discussão de produção, mas, de acesso e renda para adquirir os alimentos.

Também no que se refere à produção, os produtores de algumas localidades perceberam vantagens de se especializarem na produção de algumas poucas culturas e criações e preferem comprar os alimentos nos mercados mesmo distantes. Mesmo que esse modelo seja amplamente utilizado em várias partes do mundo por uma lógica de vantagens comparativas, há questionamentos de não conseguirem prover seus próprios alimentos e dependerem de aquisições centralizadas e distantes. Com isso surge a discussão da importância das cadeias curtas na comercialização de produtos agroindustriais, tanto para diminuir a quilometragem ou milhas percorridas pelos alimentos (*food miles*), assim como, podemos pensar na autonomia das regiões, por exemplo, com problemas na estrutura de logística como a greve dos caminhoneiros no Brasil ocorrida em 2018 onde verificou-se na mídia que algumas regiões sofreram

menos com desabastecimento, especialmente as que tinham uma agricultura local para prover os alimentos. Também o arranjo organizacional adotado pelos atores é de grande importância, por exemplo, alguns supermercados compram de forma mais centralizada, muitas vezes mais distantes enquanto outros podem inserir mais os agricultores locais.

Inserido nesse contexto, o presente estudo visa avaliar e discutir sobre a produção e distribuição de uma região inserida em um grande centro produtor agropecuário, que é a cidade de Posse, no estado de Goiás. Avaliar e identificar o padrão alimentar da população local para analisar as possibilidades de a produção da região atender à demanda gerada.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

O principal objetivo deste trabalho é pesquisar sobre o grau de conexão entre o que é consumido pela população do município e o que é produzido. Ainda, identificar o padrão alimentar da população local para analisar as possibilidades de a produção da região atender à demanda gerada.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Mapear o que é produzido no setor de frutas, legumes e verduras no município de Posse, Goiás.
- Identificar a pauta de produtos agropecuários, especialmente FLVs comercializados e destinados ao consumo local.
- Discutir aspectos acerca da conexão ou desconexão da produção e consumo local de alimentos.

## **3. METODOLOGIA**

Com a finalidade de alcançar os objetivos definidos para o presente trabalho, foram utilizados os seguintes métodos para recolhimento de dados:

Pesquisa bibliográfica e documental: Revisão de literatura em que trata de forma direta e indireta a questão alimentar e o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. Para tanto, foram utilizados referencial bibliográfico composto por livros, artigos, publicações de órgãos especialistas nos temas, dissertações, teses, consulta de documentos oficiais publicados no sítio dos ministérios.

Pesquisa de campo: foram realizados questionários em plataforma eletrônica *online* (APÊNDICE I) com público-alvo em consumidores de produtos FLV, entrevistas presenciais com os agricultores familiares (APÊNDICE II), com o secretário municipal de agricultura do município (APÊNDICE III) e com o responsável pelo setor de FLV de um supermercado do local (APÊNDICE IV).

Foram entrevistados treze agricultores familiares no cenário natural de comercialização de seus produtos, com entrevistas realizadas no domingo, na Feira Municipal, durante a realização da feira. As perguntas foram preparadas de forma clara e objetiva, com uma linguagem informal para conseguir ser mais próxima possível do público-alvo. Essa interação face a face com os agricultores mostrou-se importante e muito satisfatória.

A entrevista com o Secretário Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, Glauber Ribeiro, foi realizada na secretaria, localizada na Prefeitura Municipal. Novamente foram realizadas perguntas simples, desenvolvidas de modo claro e objetivo e o roteiro foi organizado com a intenção de permitir que a pesquisadora mantivesse o controle sobre a linha de questionamento.

Para melhor entendimento sobre a dinâmica do comércio de FLV do município, foi realizada também entrevista em um supermercado. O escolhido para o estudo foi o Supermercado Smart, por atingir pessoas de diferentes faixas salariais e ser bastante frequentado. A entrevista foi realizada no local, com o repositor responsável pelo setor de FLV, o senhor Elton. As questões foram respondidas de maneira simples, mas com muita clareza e objetividade.

Para a realização da pesquisa com os consumidores de produtos FLV, a metodologia de trabalho adotada seguiu a definição de Cozby (2006), em que a escolha dos participantes é feita de acordo com a facilidade de acesso. Com isso,

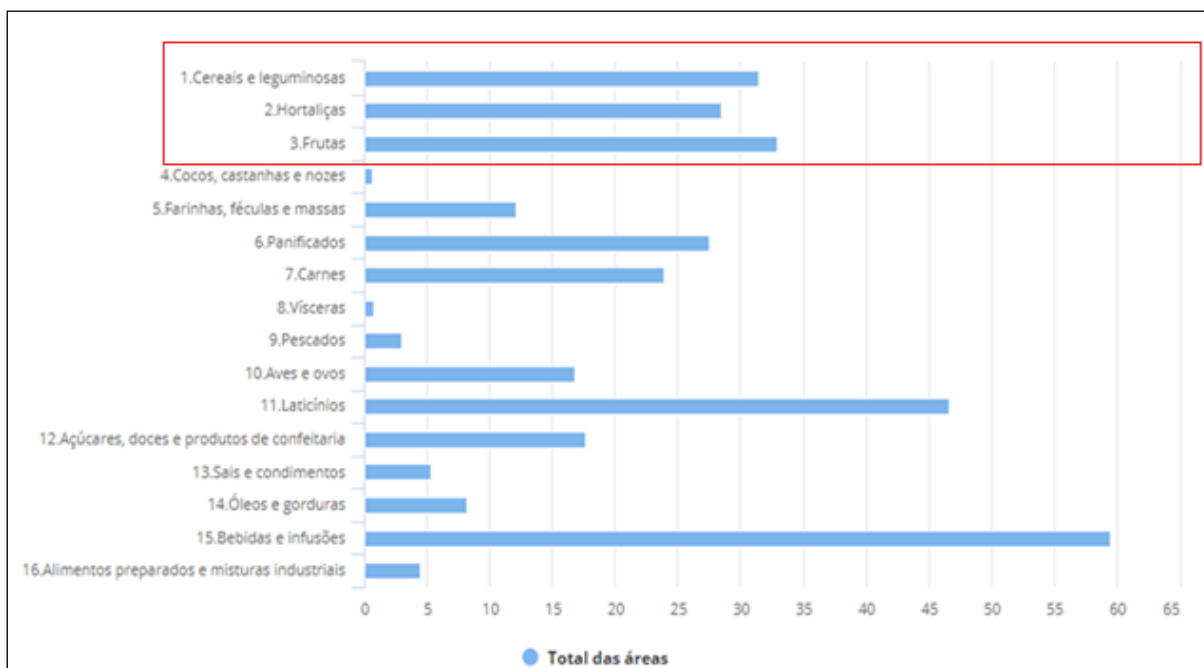
quarenta e duas pessoas com idades diversas responderam as seis questões de múltipla escolha apresentadas no formulário.

A utilização de formulários eletrônicos em pesquisas é uma possibilidade de facilitar a distribuição da pesquisa ao público-alvo e a organização e análise dos dados coletados. Em conformidade com ZANINI (2007), há inúmeras vantagens em substituir o formulário convencional, que utiliza o papel, pelo formulário eletrônico, como a simplicidade na busca de dados e a distribuição fácil e rápida. No presente trabalho foi utilizada uma ferramenta da plataforma Google Forms, que oferece a estrutura para a criação simples de formulários personalizados (GOOGLE, 2019).

#### **4. JUSTIFICATIVA**

Na atualidade há uma tendência mundial que busca uma maior qualidade de vida e também que esta seja mais saudável, o que está inevitavelmente unida a uma boa alimentação. Com essa tendência, o mercado brasileiro de frutas, legumes e verduras (FLVs) tem passado por positivas alterações nas preferências dos consumidores (NANTES; LEONELLI, 2000).

Na figura a seguir é possível observar que o consumo de leguminosas, hortaliças e frutas teve uma participação importante na composição da alimentação dos brasileiros:



**Figura 1.** Aquisição monetária alimentar domiciliar per capita anual em Kg.

Fonte: IBGE, (2008).

Diante disso, torna-se importante a discussão sobre o caminho que o alimento faz até chegar à mesa do consumidor, avaliar a eficiência nos processos logísticos, como a segurança alimentar, evitando perdas e o desperdício dos alimentos, o papel do atravessador ou intermediário (o elo entre o produtor e o consumidor) e ainda a possibilidade de especializar ou prover alimentos locais, valorizando assim as feiras tradicionais e a compra de produtos de produtores locais, visto que na atual configuração do processo de comercialização, os supermercados controlam grande percentagem do mercado e por isso impõem regras sobre os demais atores do mercado, estabelecendo normas e procedimentos para a produção.

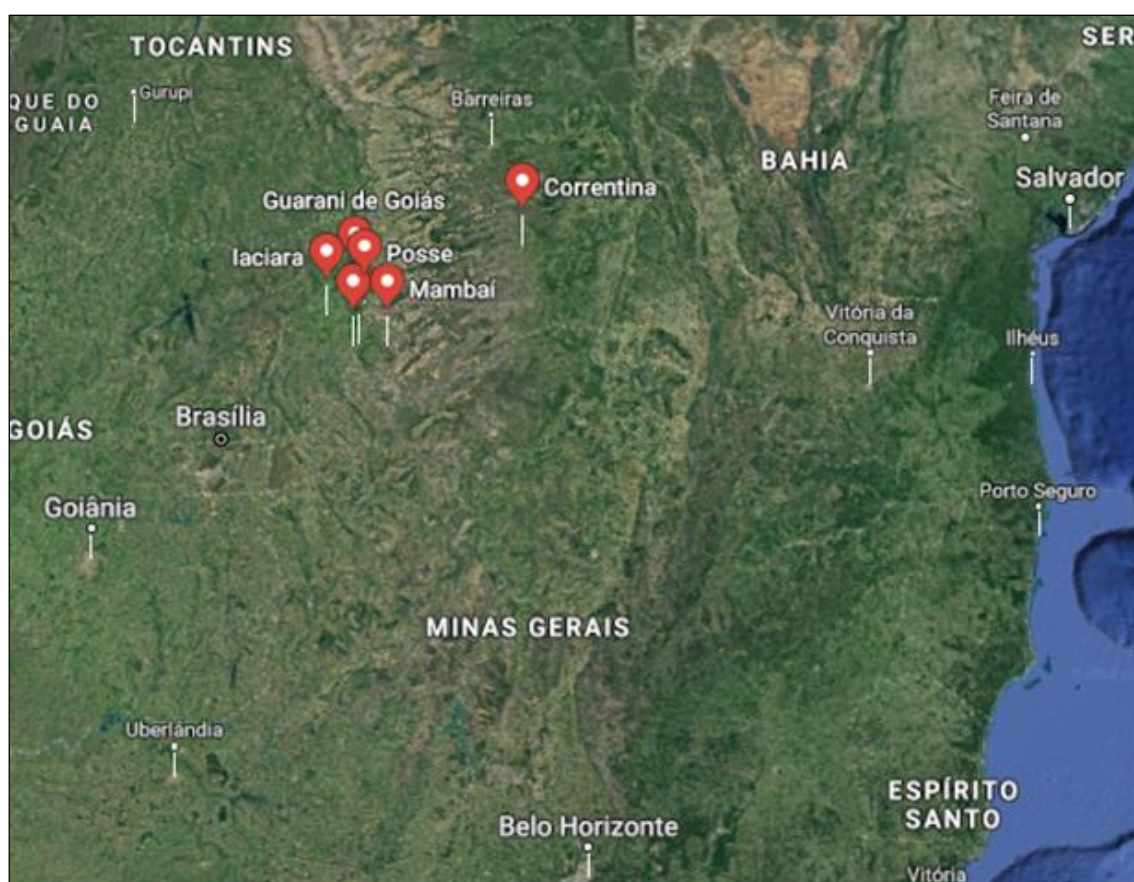
É válido ressaltar ainda a influência que as Centrais de Abastecimento (CEASAs) possuem sobre esses produtos, pois são estruturas indispensáveis na distribuição de hortifrutí para diversos estados brasileiros, funcionando como um espaço de regulação, dada a importância da segurança alimentar da população.



## 5. ASPECTOS DO LOCAL DA PESQUISA E REVISÃO DE LITERATURA

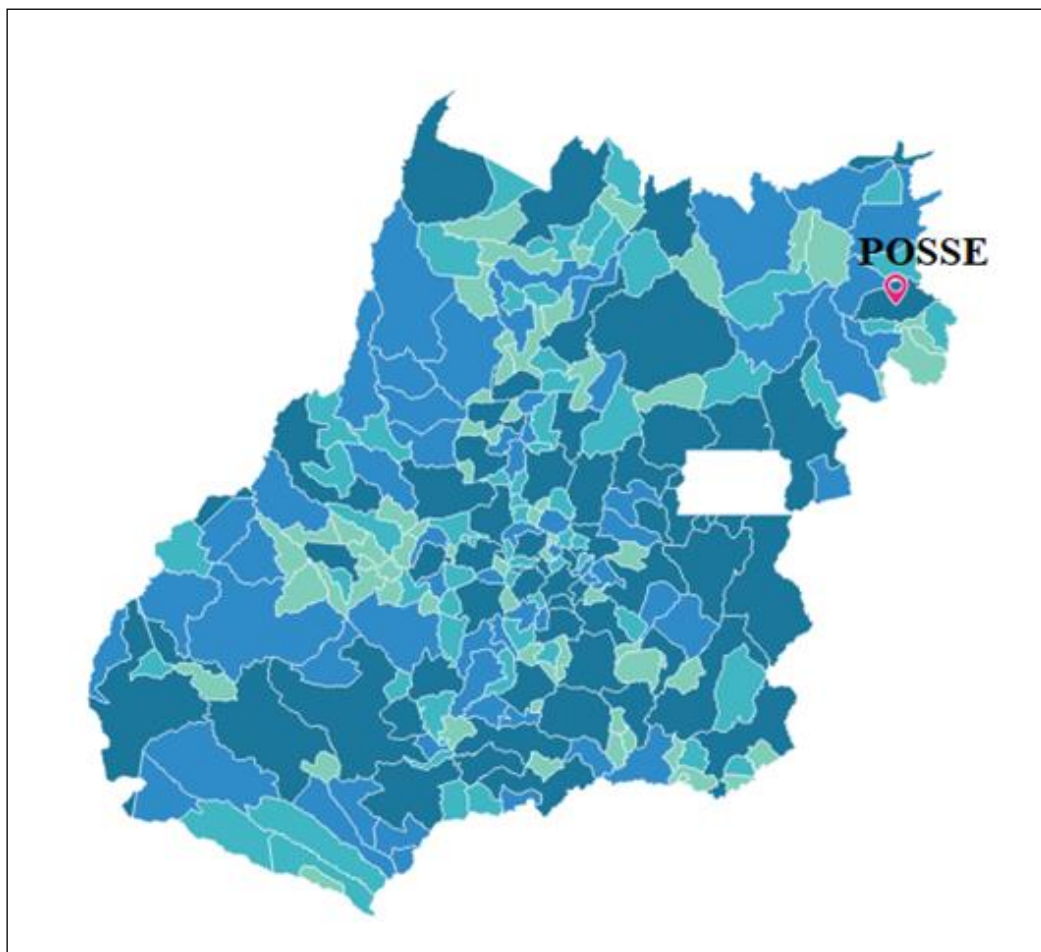
### 5.1 ASPECTOS SOBRE O MUNICÍPIO DE POSSE, GOIÁS

O presente trabalho foi realizado na cidade de Posse, que está localizada na mesorregião Nordeste do estado de Goiás e pertence à microrregião do Vão do Paranã. Limita-se com os municípios de Iaciara, Simolândia, Guarani de Goiás, Mambai, Buritinópolis, Alvorada do Norte e Correntina (BA), com uma população estimada em 36.375 habitantes (IBGE/2018), à margem da BR-020, a 530 km da capital do estado, Goiânia e a 295 km da capital do país, Brasília.



**Figura 2.** Localização do Município de Posse-GO e cidades onde faz limites.

Fonte: Google, 2018.



**Figura 3.** Localização do Município de Posse-GO.

Fonte: IBGE, 2018.

A história do município é descrita por alguns observadores, como o que evidencia Vieira (2005) em suas palavras:

“O lugar surgiu de um aposseamento à beira do córrego Passagem dos Gerais, ainda nos tempos de Goiás província. Os primitivos posseiros se tornariam os futuros possenses. O governo provincial investiu, mesmo que pouco, mas preservou também sua posse na fronteira com outras províncias. Os homens do lugar esforçaram-se para obter benefícios da administração província. Foi assim que a antiga posse se transformou em povoado, que passou a vila, que passou a município, com o nome de Nossa Senhora Sant’na da Posse, que é a atual cidade-pólo do vão do Paraná ” (Vieira, 2005, p.15).

O município de Posse (anteriormente denominada Arraial de Posse) foi fundado no início do século XIX por migrantes nordestinos que estavam à procura de terras férteis para o cultivo de cereais. Nazário da Silva Ribeiro, o fundador, construiu a

Capela de Nossa Senhora Santana e com isso começou então a ocupação efetiva da região, que se viu em progresso com a indústria rural, agricultura e criação de gado. O efetivo desenvolvimento foi no fim da década de 1970, com a inauguração da rodovia asfaltada BR-020, Brasília-Salvador que passa pelo município (IBGE, 2018).

A população da cidade é oriunda de imigrantes principalmente do Nordeste e do Sul do Brasil. Estes, em sua maioria, vieram em busca de terras mais baratas para a exploração agrícola e melhores condições de vida. As terras em questão eram situadas no oeste baiano, mas no momento da migração, Posse era a cidade que continha, mesmo que secundárias, melhores condições de instalação (RODRIGUES, 2013).

Pensando nessa melhor condição de vida, é entendido que o abastecimento alimentar da população local é de importância fundamental para o funcionamento da cidade, de modo que a população tenha acesso aos bens essenciais de alimentação. Por isso, torna-se relevante a verificação dos bens de produção, das trocas e o que as instituições políticas fornecem para amparar essa classe produtora.

O município de Posse faz divisa com o oeste da Bahia, região em que há grande concentração de produtores com altos níveis tecnológicos e de elevada produtividade.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou resultados preliminares do último censo realizado, que adotou para a pesquisa a data de referência 30 de setembro de 2017. Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola 2017 é a principal e mais completa investigação estatística e territorial sobre a produção agropecuária do país. Na tabela a seguir é possível observar os dados da produção do município de Posse (IBGE, 2019).

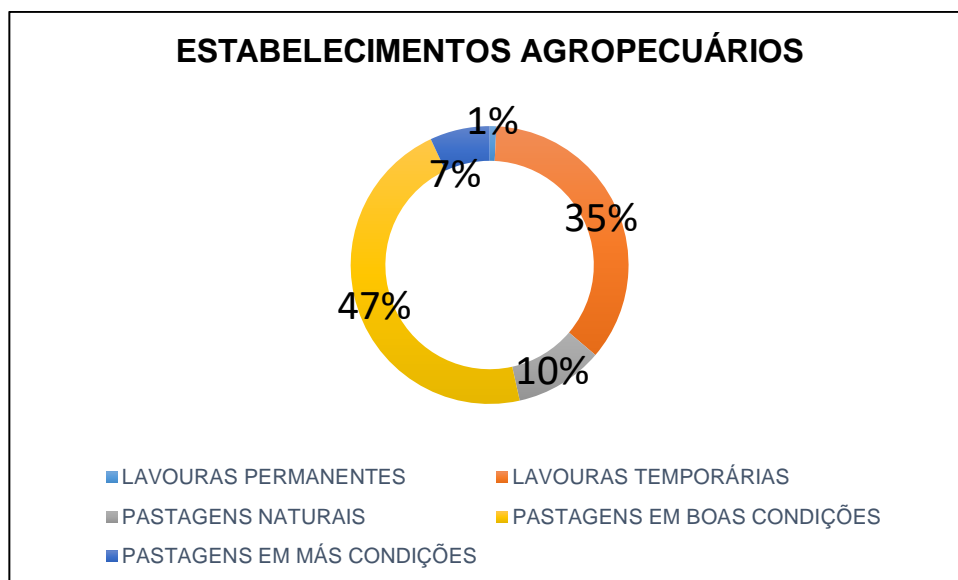
<b>TIPO DE PRODUTO</b>	<b>QUANTIDADE (TONELADAS)</b>	<b>ÁREA COLHIDA (HECTARES)</b>	<b>PRODUTIVIDADE (TONELADAS/HECTARE)</b>
<b>ABÓBORA, MORANGA, JERIMUM</b>	175,750	43,840	4,009
<b>ARROZ COM CASCA</b>	3 364,200	404,690	8,313
<b>CANA-DE-AÇÚCAR</b>	1 295,880	170,859	7,584
<b>FEIJÃO GRÃO COR</b>	349,507	229,480	1,523
<b>FEIJÃO GRÃO FRADINHO</b>	12,559	49,814	0,252
<b>MANDIOCA</b>	256,110	159,363	1,607
<b>MILHO GRÃO</b>	2 724,115	1 892,560	1,439

**Tabela 1.** Dados preliminares do Censo Agro 2017 referentes à produção do município de Posse – GO.

Fonte: IBGE, 2019.

A maioria dos produtores do município é do sexo masculino, com idade entre trinta e sessenta anos, mas com uma expressiva quantidade de produtores mais velhos, com idade superior a sessenta anos e a maior parte são pardos e brancos. Não realizaram financiamento e, os que realizaram, grande parte não foram provenientes de programas governamentais e tiveram como finalidade investimento e custeio na maioria dos casos (IBGE, 2019).

Ainda de acordo com os dados preliminares do censo agropecuário do município de Posse, os estabelecimentos agropecuários encontram-se em uma área de 141.483,538 hectares, onde a maioria do pessoal ocupada nos mesmos possuem laço de parentesco com o produtor, utilizam como preparo do solo o cultivo mínimo e o preparo convencional, além de não utilizar adubação, agrotóxicos e não receber assistência técnica na maioria dos casos (IBGE, 2019). Além disso, podemos avaliar demais dados do censo do município no gráfico 1.



**Gráfico1.** Dados preliminares do Censo Agro 2017 referentes à produção do município de Posse – GO.  
Fonte: IBGE, 2019.

É importante ressaltar que o censo não especifica se o produtor é proveniente da agricultura familiar ou não mas, como o foco do presente trabalho é a agricultura familiar, torna-se interessante apresentar a definição de agricultor familiar.

Para que para que um agricultor seja classificado como agricultor familiar e empreendedor familiar rural precisa, além de praticar atividades no meio rural, atender os requisitos da Lei 11.326 de 24 de julho de 2006 (Lei da Agricultura Familiar), em que não possua área maior que quatro módulos fiscais, utilize mão de obra da família em seu empreendimento e que o dirija com a mesma e que tenha um percentual mínimo da renda familiar vinda de atividades do seu empreendimento (BRASIL, 2019).

O município é formado por duas zonas distintas, a parte baixa do vale do Paranã e a parte alta, da Serra Geral. São separadas pela serra do Paranã que atravessa o município. Posse está restrita à zona chapadeira que possui terreno predominantemente arenoso. Cobertura vegetal característica do cerrado, com pequizeiros, mangabeiras, cajueiros e árvores de pequeno porte (PREFEITURA, 2019).

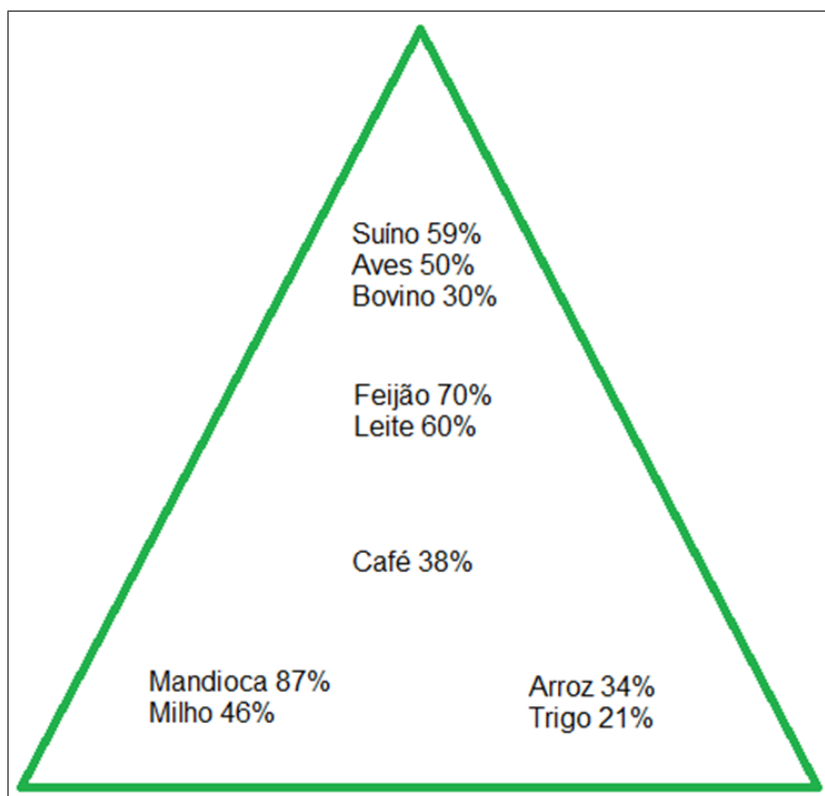
## **5.2 A PRODUÇÃO E O CONSUMO DE FLVs**

É importante salientar a situação do consumo e notoriedade desses produtos no momento atual. Segundo Neves, Chaddad e Lazzarini (2001) a oferta de Frutas, Legumes e Verduras (FLV) resulta de uma vasta quantidade de agentes, normalmente da agricultura familiar, com intensiva mão de obra. Caracterizada ainda por ser inelástica (não há possibilidade de aumentar ou diminuir a produção em qualquer momento), dependente das condições climáticas, oscilações dos preços, sazonalidade e são altamente perecíveis.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) busca alavancar o consumo de FLV desde o início do século, sendo um dos principais itens da “Estratégia Global para a Prevenção de Doenças Crônicas”, destacando os benefícios procedentes da ingestão de porções superiores a 400g/dia (WHO, 2003). Diante disso, elevou-se a busca por alimentos de qualidade e especialidade, de uma preocupação com o meio ambiente e com a segurança alimentar, além de um aumento na discussão sobre a produção local de alimentos e seus propósitos na conexão entre produtores e consumidores (Fornazier e Belik, 2013).

Tal como existe a insatisfação por parte de grande parte da população pelo modelo de produção em massa, incluindo as formas de processamento e distribuição dos alimentos, há então a necessidade iminente de uma mudança na qualidade, produção e meios de distribuição desse tipo de produto.

Conforme observa-se na imagem a seguir, os agricultores familiares são responsáveis por uma fração significativa da produção de uma sucessão variada de alimentos.



**Figura 4.** Produção da agricultura familiar no Brasil.

Fonte: MDA, 2017.

Observando as constantes recomendações da ONU de “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável” (Nações Unidas, 2015), nota-se a relevância necessária para o fortalecimento da agricultura familiar no país uma vez que, segundo o IBGE (2009), mais de 70% dos alimentos consumidos no país são produzidos nesse segmento. A consolidação da agricultura familiar sinaliza a comida na mesa dos consumidores, geração de emprego e renda no meio rural e um funcionamento adequado da economia (MDA, 2017).

Sendo a agricultura a base dos meios de sustento para grande parte das pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade alimentar, econômica e social, se faz necessário o apoio ao desenvolvimento agrícola, a fim de criar fortes meios de melhora da segurança alimentar e nutricional, uma distribuição de alimentos funcional, visando a diminuição da fome e oferta de alimentos mais saudáveis.

Em se tratando de diminuição da fome, verifica-se a importância de uma correta distribuição de alimentos. De acordo com dados da FAO publicado em 2016, a

produção mundial de alimentos é capaz de suprir a demanda das pessoas que habitam o planeta, mas, a má distribuição da produção faz com que apareça uma triste realidade: cerca de uma a cada nove pessoas vive a realidade da fome (Iandoli, 2016).

Essa má distribuição de alimentos é uma realidade vista no Brasil. No diagnóstico do Fome Zero, programa de segurança alimentar e combate à fome, associa o problema da fome à falta de acesso que populações de baixa renda tem aos alimentos (Schmitt, 2005).

Diante disso, desde 2003 foram verificadas uma série de iniciativas que buscavam combater a fome e estabelecer um importante conceito de Segurança Alimentar (Castro, p. 18, 2010). A partir do Programa “Fome Zero” essas iniciativas e projetos mudaram a figura do país no que se refere à alimentação, pois foram realizadas conferências nacionais de segurança alimentar e nutricional; foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome; o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, foi reativado e reuniu representantes e realizou a aprovação da LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional que tornou a alimentação dever do Estado (Castro, p. 23 e 24, 2010).

Além dos programas e políticas públicas criados para atender as pessoas em situação de vulnerabilidade, foram criados programas para incentivar o desenvolvimento da agricultura familiar, uma vez que é a responsável pela produção da maior parcela dos alimentos que chegam diariamente à mesa das pessoas.

No Brasil, o nível do Indicador de Prevalência de Subalimentação foi menor que 5%, que é o meio utilizado pela FAO para dimensionar e acompanhar a fome em nível internacional, fazendo com que o país saísse em 2014 do Mapa Mundial da Fome (FAO, 2014). Para conseguir alcançar esse propósito foram necessárias várias ações, como políticas de segurança alimentar e nutricional, o apoio à agricultura familiar com incentivos de facilidade ao crédito, serviços de assistência técnica e segurança (FAO, 2014).

A importância da agricultura familiar não é somente no território nacional, mas em todo o mundo. Segundo a FAO, a cada dez propriedades rurais, nove são administradas por famílias e produzem cerca de 80% dos alimentos do mundo.



Os agricultores familiares necessitam de oportunidades para que seja possível tornarem-se empreendedores rurais. Essa classe, com a expressiva quantidade de trabalhos científicos, técnicos e institucionais realizados no Brasil e na Europa, conseguiu apoio político e impulso na área científica e acadêmica. Em 1995 tornou-se alvo de políticas públicas com a institucionalização da primeira política com foco no seguimento agrícola familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (DUARTE, 2014).

De acordo com o documento oficial publicado no sítio do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA):

Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda (BRASIL, 2019).

Mesmo com as várias modificações que sofreu desde que foi criado até os dias atuais, o Programa tem a finalidade de: 1) fortalecer a capacidade produtiva dos agricultores familiares, 2) contribuir para a elevação de renda monetária deste público e 3) melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares (SCHNEIDER, MATTEI, CAZELLA, 2004).

Os produtores que decidirem utilizar o programa para financiar um projeto, precisam buscar o sindicato rural ou empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) como a Emater para que, caso se enquadrem nas especificações, obtenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e assim serão direcionados para as linhas de crédito que tem direito (MAPA, 2017). O programa possui uma divisão de grupos e linhas de crédito descritas na tabela abaixo.

GRUPOS/LINHAS	FINALIDADE
<b>Pronaf Custeio</b>	Financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros enquadrados no Pronaf.
<b>Pronaf Mais Alimentos - Investimento</b>	Financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.

<b>Pronaf Agroindústria</b>	Financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.
<b>Pronaf Agroecologia</b>	Financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.
<b>Pronaf Eco</b>	Financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como permitam ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida.
<b>Pronaf Floresta</b>	Financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.
<b>Pronaf Semiárido</b>	Financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida.
<b>Pronaf Mulher</b>	Financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora.
<b>Pronaf Jovem</b>	Financiamento de investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras.
<b>Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares</b>	Destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.
<b>Pronaf Cota-Parte</b>	Financiamento de investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.
<b>Microcrédito Rural</b>	Destinado aos agricultores de mais baixa renda, permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida. Créditos para agricultores familiares enquadrados no Grupo B e agricultoras integrantes

	das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A ou A/C.
--	--

**Tabela 2.** Linhas de Crédito do Pronaf.

Fonte: MAPA, 2017.

Além do PRONAF, estão sendo desenvolvidas políticas públicas que visam a criação de mercados para os agricultores familiares, no que diz respeito ao fornecimento de alimentos, com o foco voltado para a valorização da produção local. Dois exemplos dessas políticas são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O PAA foi criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 com as finalidades de promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, com o orçamento composto por recursos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). O programa compra produtos oriundos da agricultura familiar, promove o abastecimento alimentar via compras governamentais dos alimentos, estimula e incentiva hábitos alimentares saudáveis, valoriza a biodiversidade e ainda contribui fortalecendo circuitos locais de comercialização (MDS, 2019).

O PNAE é destinado a oferecer alimentação e ações de educação alimentar e nutricional em todas as etapas da educação básica pública. O repasse dos recursos é feito pelo governo federal conforme o número de matriculados aos estados, municípios e escolas federais para cobrir os 200 dias letivos. Com a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, 30% do valor repassado deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar (FNDE, 2019).

Diante disso, pode-se considerar a alimentação como uma questão pública, sendo de competência e responsabilidade do Estado proporcionar cenários de bem-estar aos cidadãos, adesão e aumento das inovações sociais com as políticas públicas que permitam essas ações. No caso da agricultura familiar local e regional, é preciso que ocorram alterações nos modelos de produção e logística no qual a compreensão a respeito das cadeias agroalimentares curtas sirva de suporte para essas mudanças.

Com princípios de segurança alimentar, objetivando a qualidade dos alimentos e uma maior intimidade na transação entre o produtor e o consumidor, as cadeias agroalimentares curtas são o modo representativo dessa interação da agricultura

familiar com a prática local do desenvolvimento. A segurança alimentar e nutricional (SAN) foi definida em 2004 na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional como:

“A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis” (CONSEA, 2004).

Com os incentivos corretos, famílias teriam a oportunidade de trabalhar em sua própria indústria artesanal, manufaturando e comercializando alimentos com qualidade elevada, tendo em vista que utilizariam meios produtivos mais sustentáveis e éticos, abastecendo um negócio de maior proximidade entre o produtor e o consumidor.

### **5.3 CADEIAS AGROALIMENTARES CURTAS NO ABASTECIMENTO ALIMENTAR**

Os produtos agrícolas são bens de primeira necessidade e possuem um baixo valor por unidade fazendo com que o consumo não sofra muitas alterações mesmo que o preço varie. No tocante ao consumo, é imprescindível que haja uma mudança em sua estrutura, para que assim os sistemas alimentares sejam reordenados, da mesma maneira que tona-se essencial uma adequação do modelo produtivista.

De acordo com GOODMAN (2003), atualmente observa-se uma modificação no padrão de consumo agroalimentar da sociedade, um padrão em que os alimentos passam a ser escolhidos por suas características ecológicas, morais e estéticas, o que dá a possibilidade da instalação de associações alternativas. Como os consumidores forçam as mudanças e adaptações do mercado, espalham-se as então chamadas cadeias agroalimentares curtas, que buscam a reconexão entre a produção e o consumo.

Mendes e Padilha Júnior (2007) definiram a comercialização agrícola como “um processo contínuo e organizado de encaminhamento da produção agrícola ao longo de um canal de comercialização, na qual o produto sofre transformação, diferenciação

e agregação de valor”, mostrando assim a importância que esses canais possuem para os produtos agrícolas.

Pelo fato dos produtos serem altamente suscetíveis a danos e muito perecíveis, o transporte de FLV deve ser destacado, sendo necessário ainda ressaltar que é o responsável por mais ou menos 60% dos custos para as empresas (FLEURY; WANKE; FIGUEIREDO, 2000). Logo, a diminuição da distância do transporte desse tipo de produto torna-se algo de grande vantagem tanto para o consumidor quanto para o produtor.

De acordo com McMichael (2009) e Friedmann (1993), uma forma de comercialização que traduz a familiaridade e interação entre quem produz e quem consome, fazendo dessa forma a realocização alimentar é a cadeia agroalimentar curta.

Esse tipo de cadeia alimentar possibilita o enaltecimento do local, o contato comercial menos banal, elevação da ética, qualidade e diferenciação dos alimentos, transações com riscos e custos reduzidos e promove o reconhecimento de confiança, proximidade e solidariedade.

É possível dividir as cadeias agroalimentares curtas em três tipos, como foi descrito por Renting, Marsden e Banks (2003), as de face a face, de proximidade espacial e espacialmente estendida. Esclarecendo de forma objetiva cada uma, as de face a face são vendas diretas do produtor ao consumidor, de proximidade espacial as em que o comércio é feito com restaurantes, varejistas locais, vendas institucionais e as espacialmente estendidas são eventos com comércio justo e com certificações ao fim, garantindo direitos dos produtores e trabalhadores.

Cadeias curtas “face a face”	Cadeias curtas por proximidade	Cadeias curtas estendidas
Venda na propriedade rural	Venda de grupos de produtores	Certificações
Mercados de produtores	Marcas regionais	Métodos/código de produção
Vendas na beira da estrada	Cooperativas de consumidores	Vendas pela reputação
Locais onde o consumidor colhe os alimentos	Comunidade apoia a agricultura	
Entregas a domicílio	Rotas temáticas (articulação no espaço)	
Entregas pelo correio	Feiras e eventos especiais (articulação no tempo)	
Venda pela internet	Lojas locais, restaurantes, empresas de turismo	
	Lojas especializadas	
	Vendas institucionais (cantinas, escolas, governo)	
	Vendas para emigrantes	

**Tabela 3.** Tipologia das cadeias agroalimentares curtas.

Fonte: Renting, Marsden e Banks (2003, p.399).

Os negócios realizados em cadeias agroalimentares curtas são expressivos, uma vez que tem a capacidade de civilizar o alimento, dando a oportunidade do consumidor realizar uma crítica de valor (MARSDEN, BANKS, BRISTOW, 2000). Com o mercado inserido na vida social, haverá a construção de valores como confiança, relações de proximidade, entre outros.

Com a tipificação das cadeias agroalimentares curtas, é possível observar benefícios para os produtores, consumidores e sociedade que participam desse novo mercado de alimentos, que estão descritos na tabela 4.

ATORES	Cadeias curtas “face a face”	Cadeias curtas por proximidade	Cadeias curtas estendidas
PRODUTOR	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Independência de intermediários e da indústria de alimentos;</li> <li>• Margens de lucro maiores;</li> <li>• Custos de transporte reduzido ou inexistente;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Independência de intermediários e da indústria de alimentos;</li> <li>• Margens de lucro maiores;</li> <li>• Custos de transporte reduzido ou inexistente;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relativa independência de intermediários e da indústria de alimentos;</li> <li>• Margens de lucro maiores;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior flexibilidade na escolha do que produzir;</li> <li>• Fortalecimento das relações com os consumidores;</li> <li>• Maior cooperação entre os produtores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior flexibilidade na escolha do que produzir;</li> <li>• Fortalecimento das relações com os consumidores;</li> <li>• Maior cooperação entre os produtores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecimento das relações com os consumidores;</li> <li>• Maior cooperação entre os produtores.</li> </ul>
CONSUMIDOR	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior confiança no produto consumido;</li> <li>• Relação de proximidade com o produtor;</li> <li>• Possibilidade de escolha de produtos de maior qualidade e menor preço;</li> <li>• Conhecimento sobre os métodos e meios de produção.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior confiança no produto consumido;</li> <li>• Relação de proximidade com o produtor;</li> <li>• Possibilidade de escolha de produtos de maior qualidade e menor preço;</li> <li>• Conhecimento sobre os métodos e meios de produção.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior confiança no produto consumido;</li> <li>• Possibilidade de escolha de produtos de maior qualidade;</li> <li>• Conhecimento sobre os métodos e meios de produção.</li> </ul>
SOCIEDADE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diminuição do impacto ambiental gerado por transporte e armazenagem, característicos de cadeias longas;</li> <li>• Valorização do conhecimento, da cultura e dos hábitos alimentares locais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diminuição do impacto ambiental gerado por transporte e armazenagem, característicos de cadeias longas;</li> <li>• Valorização do conhecimento, da cultura e dos hábitos alimentares locais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valorização do conhecimento, da cultura e dos hábitos alimentares locais.</li> </ul>

**Tabela 4.** Relação das cadeias agroalimentares curtas e seus benefícios.

Fonte: Franzoni et al. (2015).

As cadeias agroalimentares curtas apresentam benefícios para todos os atores envolvidos nesse mercado, pois melhoram as condições da vida dos agricultores inseridos nesse tipo de cadeia, possibilidade de conexão entre a produção e o consumo e a sustentabilidade do processo de modo geral.

## **6. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **6.1. PADRÃO ALIMENTAR DE FLVs EM POSSE, GOIÁS**

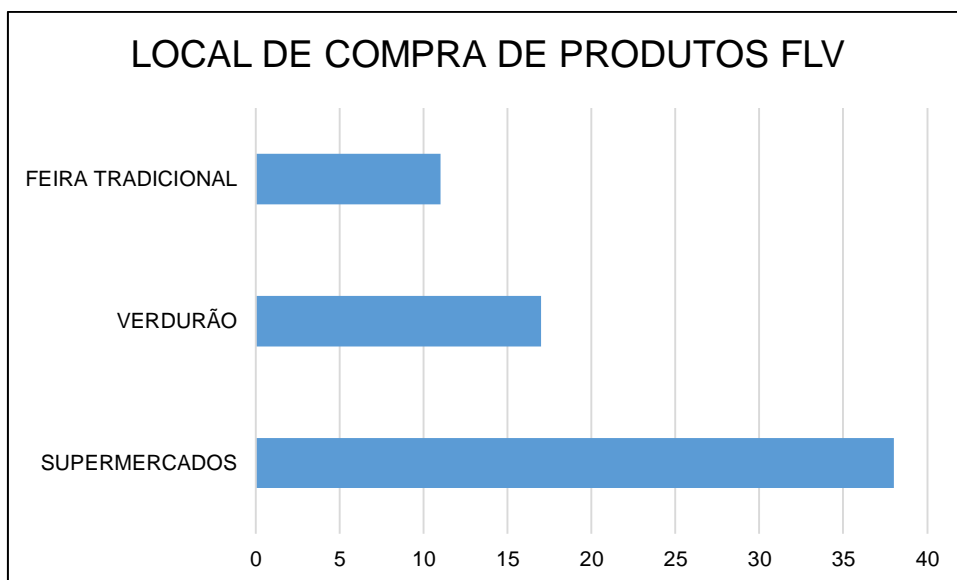
O padrão alimentar varia conforme o gênero, faixa etária, renda, cultura e escolaridade, entre outros fatores. No município em que foi realizada a pesquisa, o fator utilizado para a definição desse padrão foi a faixa etária, divididas em quatro categorias, destinada a pessoas com mais de quinze anos e observou-se que a faixa etária de 19 a 24 anos e a de 31 anos ou mais foram as que mais participaram da pesquisa.

Avaliando os resultados, há um consumo expressivo de frutas, legumes e verduras, em que 16,7% consome raramente e que a maioria, um total de 83,3% faz a ingestão diária desses produtos. Com isso, podemos definir que a população em estudo tem um padrão alimentar que busca ter uma dieta saudável, ingerindo frequentemente produtos FLV, conforme recomendado pela OMS.

Os produtos mais consumidos pelos colaboradores da pesquisa, adotando como critério que mais de 50% dos entrevistados consumam, são: tomate, banana, batata, batata-doce, beterraba, cenoura, cebola, abóbora cabotiã, laranja, mandioca, limão, maçã, melancia, abobrinha.

A principal questão foi que, seguindo um panorama nacional de mudanças de hábitos das pessoas que vivem em centros urbanos, há um aumento nas vendas dos supermercados em comparação às feiras tradicionais, como é possível observar no gráfico 2.





**Gráfico2.** Local de compra de produtos FLV no município de Posse – GO.

Fonte: Google Forms, 2019.

O supermercado escolhido para a pesquisa, o Smart, realiza a compra de alimentos FLV no CEASA da cidade de Brasília, no Distrito Federal e percorrem uma distância de 295 km até a cidade. O repositores entrevistado, o Elton, relatou que é necessária a compra de quinze toneladas de produtos duas vezes por semana para repor o estoque do setor. Os critérios para compra vão desde a qualidade do produto até o preço ofertado. É interessante para eles realizar a compra no CEASA porque encontram produtos com um bom preço, boa qualidade e uma boa variedade.

Ressalta ainda que eles adquirem produtos de produtores locais, quando os mesmos vão até o supermercado oferecer os produtos. No entanto, ele enfatiza que a grande dificuldade em se comprar localmente os produtos é que o produtor oferta um certo produto de boa qualidade, mas na entrega enviam um produto de qualidade inferior ao que foi apresentado anteriormente. Nota-se aqui um grande problema para a implantação da cadeia agroalimentar curta no município: a falta de confiabilidade entre os mercados e o produtor local.

Os produtos mais comprados pelo supermercado segundo o entrevistado são: cenoura, cebola, tomate, maçã e abóbora cabotiã.

## **6.2 PRODUÇÃO LOCAL EM POSSE, GOIÁS**

A Prefeitura Municipal oferece uma infraestrutura que foi idealizada com recursos do PRONAF de uso exclusivo dos produtores agropecuários para que os mesmos comercializem seus produtos, sem nenhum custo. Basta apenas que realizem um cadastro na prefeitura. A Feira Municipal foi o local onde foram realizadas as entrevistas com os produtores. É realizada aos domingos, as famílias chegam ao local por volta das 4h30/5h da manhã e lá permanecem até às 13h, horário que normalmente os produtos acabam. Este tornou-se então o principal local de troca para os produtores, pois conseguem cobrar um valor que é acessível para o consumidor e ainda cobre os custos do processo produtivo.

Conforme Cazane, Machado e Sampaio (2014) analisando o comportamento dos consumidores em Tupã, São Paulo verificaram que o horário de funcionamento da feira possa ser um dos motivos pela diferença no perfil dos consumidores.

Todos os treze agricultores entrevistados alegaram que não utilizam nenhum tipo de produto químico na produção, o que aumenta os benefícios para o consumidor, pois além de comprarem produtos mais baratos, estão consumindo frutas, verduras e legumes com maior qualidade, preservando o meio ambiente e ainda impulsionando a economia local.

Os produtos mais produzidos e comercializados são: tomate, jiló, quiabo, abobrinha, chuchu, pepino, pimenta, batata-doce, mandioca, feijão-carioca, feijão-verde, vagem, cenoura, pimentão, limão, além de produtos regionais como pequi, cajá-manga, seriguela, entre outros. A batata-inglesa e a cebola também são ofertadas por eles, mas não são produzidas na região.

Na falta de algum produto, os agricultores relataram que compram de outros produtores ou outros locais para terem uma maior variedade de produtos e ter uma cesta mais diversificada para oferecer aos consumidores.

A feira encontra-se em um local bem centralizado na cidade e tem uma diversidade considerável de produtos ofertados aos compradores. É também um local tradicional, em que a pessoa tem o costume de ir ao acordar ou ao sair das missas dominicais. Esse tipo de relação reforça a ideia de familiaridade entre quem produz e quem consome. Os resultados corroboram com autores como Sabourin (2014) que

relata que nas feiras brasileiras, os produtores possuem uma relação diferenciada de correspondência com a relação de uma troca de uma lembrança simbólica, como uma unidade a mais do produto que está sendo adquirido.

Mesmo possuindo esse local para o comércio, os agricultores declararam que vendem aos consumidores que vão diretamente em suas propriedades, além de feiras nas cidades vizinhas que são realizadas em outros dias da semana. Questionados sobre a venda para os supermercados, disseram que o preço que os estabelecimentos pagam pelos produtos é muito baixo, inviabilizando o tipo de troca.



**Figura 5.** Produtos comercializados pelos agricultores familiares.

Fonte: Pesquisa de campo. A autora.

Os produtos recebem um simples, mas importante beneficiamento: os produtores realizam a limpeza dos produtos, selecionam os melhores, mais bonitos e embalam em sacos plásticos contendo mais ou menos um quilo de alimento. Eles alegaram que isso facilita o transporte, a venda e também a precificação dos produtos.



**Figura 6.** Produtos comercializados pelos agricultores familiares.

Fonte: Pesquisa de campo. A autora.

Nos resultados preliminares do Censo Agropecuário do IBGE, aparecem produtos de lavoura permanente que são: banana, coco-da-baía, laranja, mexerica (todos esses com cinquenta pés e que existem em maior quantidade) e também de lavoura temporária: a abóbora, moranga, jerimum, melancia, milho, entre outros.





**Figura 7.** Produtos comercializados pelos agricultores familiares

Fonte: Pesquisa de campo. A autora.



**Figura 8.** Produtos comercializados pelos agricultores familiares.

Fonte: Pesquisa de campo. A autora.

Mas com relação às políticas públicas de incentivo à produção o panorama não é favorável aos agricultores familiares e pequenos produtores. Nas entrevistas, foi dito que há muita dificuldade em conseguir assistência técnica e, quando conseguem, os profissionais destinados para auxiliá-los não estão qualificados para a função, deixando os produtores desassistidos, o que causa uma diminuição da produtividade e frustração dos mesmos com o sistema.

Os problemas vão desde os custos com a produção até o transporte da mesma, pois encontram dificuldades para ter acesso à feira, uma vez que as estradas encontram-se em más condições.

Em entrevista com o responsável pela Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico do município, Glauber Ribeiro, o mesmo relatou algo bem próximo ao que os produtores narraram: há baixo investimento na parte de políticas públicas voltadas aos agricultores familiares e pequenos agricultores.

No quesito assistência técnica, a Prefeitura Municipal possui um convênio com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (Emater), a Seagro, que conta com uma equipe com técnicos agropecuários para realizarem esse tipo de serviço. Mas o tipo de assistência prestada é contestada pelos produtores, que afirmam que os técnicos enviados, quando realmente chegam em suas propriedades, não estão qualificados para o trabalho. De acordo com os dados preliminares do Censo Agropecuário de 2017, a maioria dos produtores do município não recebem assistência técnica, conforme descrito no gráfico 3 (IBGE, 2019).



**Gráfico2.** Dados preliminares do Censo Agro 2017 referentes à assistência técnica no município de Posse – GO.

Fonte: IBGE, 2019.

Segundo o MUNIC – Perfil dos Municípios Brasileiros, a prefeitura não possui em seu quadro de funcionários efetivos um servidor com formação voltada para a agropecuária. No entanto, possui um programa de acesso facilitado aos produtores às mudas, adubos, sementes e concede temporariamente de forma gratuita maquinários aos produtores agropecuários (IBGE, 2019).

É oportuno recordar que existe a possibilidade de mercados institucionais para a agricultura familiar do município, um bom exemplo é o PNAE. Segundo dados do FNDE (2019), no ano de 2018 foram destinados à cidade R\$530.626,00 dentro do PNAE. Desse total, uma quantia de R\$159.187,80 deveria ter sido utilizada para comprar produtos da agricultura familiar, pois conforme a Lei de 2009, 30% do valor repassado precisa ser aplicado na compra direta de produtos da agricultura familiar.

Para participação, há a necessidade do produtor possuir a DAP, conforme já citado nesse trabalho. De acordo com dados da Secretaria Especial de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário – SEAD, existem 844 declarações registradas no município e dessas, 264 encontram-se ativas (SEAD, 2019).

Sobre esse programa, o secretário relatou que os produtores estavam realizando papel de atravessadores: compravam no CEASA para revender para a prefeitura no programa, o que foi questionado e proibido pela secretaria. Diante disso, realizou-se vários pregões e licitações para que fosse realizada a compra dos alimentos para o programa, mas não houve o comparecimento de produtores aptos para a venda.

Uma explicação para isso seria a dificuldade que os extensionistas encontram em convencer produtores mais velhos de sair da produção de gado de corte para outras atividades alternativas, como a bovinocultura de leite, derivados do leite, plantio de frutas, verduras e legumes. De acordo com a PAM (2017), há um rebanho efetivo no município de 111.000 cabeças de gado (IBGE, 2017).

O secretário ressalta ainda que há o interesse e a proposta de investir na agricultura familiar, mas voltada aos jovens, pois assim seria possível levar tecnologia para o campo e desse modo fomentar a economia local. A reativação de uma antiga cooperativa é uma das apostas da secretaria.

Sobre as cooperativas, os produtores apresentaram uma certa resistência com esse tipo de associação, pois temem o chamado “carona”: alguns trabalham, outros não. Para Olson (2007), o carona é o “indivíduo que se beneficia de atividades em grupo sem ter de suportar os custos apropriados”.

Existem duas cooperativas registradas em Posse conforme dados do SEAD: a Cooperativa dos Agricultores Familiares do Projeto de Assentamento Nova Grécia e a

Cooperativa Mista Agropecuária Vale do Paranã, que possui onze produtores da cidade que estavam associados. Dessas duas citadas, apenas a segunda encontra-se em atividade (SEAD, 2019).

Visando o sucesso na reativação da cooperativa, o secretário considera realizar dias de campo, divulgar de forma simples e objetiva a proposta com a finalidade de alcançar de forma satisfatória o público-alvo e que apenas produtores que possuam o interesse em participar de maneira efetiva das atividades faça a associação.

## **7. CONCLUSÕES**

É notório que há a possibilidade de encurtar a cadeia de comercialização, pois existem vários produtores e meios de compra e venda para a cidade. Mas é preciso lembrar que é indispensável a participação das políticas públicas objetivando incentivar produtores e consumidores à valorizarem os produtos locais.

Analisando as respostas do questionário dos consumidores, 88,1% dos entrevistados responderam que teriam interesse em adquirir produtos produzidos localmente, revelando que existe, a vontade de restabelecer o nível de conexão entre a produção e o consumo no município de Posse, Goiás. Ainda segundo os resultados da pesquisa, 90,5% dos consumidores relataram que compram seus produtos FLV em supermercados, 40,5% em verdurões e apenas 26,2% informaram que compram esses produtos na feira tradicional.

A feira livre pode voltar a ter maior importância e ser um mercado eficaz na aquisição de frutas, legumes e verduras, fomentando assim a agricultura familiar no município. Fornazier e Moraes Silva (2018) retratam que, além de incentivos privados e tradicionais compras públicas nos mercados institucionais, outras iniciativas tem surgido no país, como o uso de tíquetes feiras fornecidos por administrações municipais para os servidores públicos. Nesse tipo de estratégia, o tíquete funciona como segunda moeda em que os agricultores credenciados poderão trocar nas prefeituras pela moeda corrente do país. Isso garante que o dinheiro circule localmente e alcance o público-alvo: os agricultores familiares.



No campo municipal, é nítida a necessidade de investimento em pessoal qualificado para melhor funcionamento e para realizarem propostas anuais dos programas como PAA e PNAE, pois existe a possibilidade desse tipo de mercado para o produtor, mas não está operando de maneira positiva.

A carência que o município possui de profissionais voltados ao agronegócio realmente interessados e comprometidos com esse tipo de produtor é real e isso faz com que, por muitas vezes, o agricultor fique desacreditado com o sistema, pois não consegue observar oportunidades de mudanças no meio que está inserido por tantos anos.

O surgimento de cooperativas seria uma alternativa para melhor produção e qualidade tanto para os agricultores, quanto para a sociedade local. Para tanto, é preciso buscar melhoria nas finanças da cooperativa, excluir cooperados oportunistas, além de investir em assistência técnica, educação e comunicação entre os cooperados.

Além disso, os produtos locais precisam de longevidade na produção. Para tanto, faz-se necessário um maior comprometimento também por parte dos agricultores, pois precisam conquistar a confiança e credibilidade do mercado, oferecendo de forma contínua produtos de qualidade, com preços justos. É possível observar claros problemas com escala e qualidade da produção.

Outro fato que precisa ser analisado e melhorado é a questão do preço e da qualidade dos produtos: produtores reclamam que o que é oferecido pelos seus produtos é muito pouco, supermercados apontam que os produtos não possuem qualidade. É sabido que supermercados buscam altos padrões de qualidade e escala de produtos. É preciso investir em tecnologia no campo, para que produtores tenham melhoria da produtividade e produção, sendo capazes assim de possuir qualidade nos produtos e que tenham uma escala capaz de oferecer seus produtos não somente para os supermercados, mas que tenham novas oportunidades de mercado.

É possível ainda constatar com os dados do trabalho que existe sim uma conexão entre o que é consumido pela população com o que é produzido localmente. Entretanto, por problemas na distribuição dos alimentos, existe o desencontro, a falta de comunicação entre os produtores e os consumidores. Uma forma de resolver tal

questão seria investir em locais e outros mercados e meios de comercialização para produtores locais, não apenas nas manhãs do domingo, mas em outros dias da semana para que uma parcela maior da população seja contemplada com esses produtos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSEA. **II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Relatório Final. Olinda, 2004

BRASIL. **Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Diário Oficial da União. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1946.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm)>. Acesso em: 10/03/2019.

BRASIL. **Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)>. Acesso em: 10/03/2019.

BRASIL. **Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.696.htm)>. Acesso em: 10/03/2019.

BRASIL. **Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.696.htm)>. Acesso em: 10/03/2019.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm)>. Acesso em: 10/03/2019.

CASTRO, A. M. **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Organizadora: Adriana Veiga Aranha.- Brasília, DF: Ministério Zero, v. 1, 2010. 190 p.

Cazane, A. L.; Machado, J. G. C. M; Sampaio, F.F. **Análise das feiras livres como alternativa de distribuição de frutas, legumes e verduras (FLV)**. Informe Gepec, Toledo, v. 18, n. 1, p. 119-137, jan./jun. 2014.

CNA. **Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil**. CNA destaca importância do Plano de Desenvolvimento da Fruticultura para alavancar o setor. 2018. Disponível em: < <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/cna-destaca-importancia-do-plano-de-desenvolvimento-da-fruticultura-para-alavancar-o-setor>>. Acesso em 20/11/2018.

DUARTE, L. M. G. **Agricultura Familiar: mas a final, do que estamos falando?** Palestra. 18º Café Científico. Brasília, 2014.

EMBRAPA. **Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária**. Frutas e hortaliças. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/grandes-contribuicoes-para-a-agricultura-brasileira/frutas-e-hortalicas>>. Acesso em 20/11/2018.

FAO. **Organização das Nações Unidas Para a Alimentação e a Agricultura**. FAO lança relatório sobre a situação da segurança alimentar no Brasil. 2015. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/343719/>>. Acesso em 18/11/2018.

FAO. **Organização das Nações Unidas Para a Alimentação e a Agricultura**. Brasil em Resumo. Disponível em: < <http://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/brasil-em-resumo/en/> >. Acesso em 18/11/2018.

FLEURY, P. F.; WANKE, P.; FIGUEIREDO, K. F. **Logística empresarial: a perspectiva brasileira**. São Paulo: Atlas, 2000. 376 p.

FNDE. **Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>>. Acesso em: 10/03/2019.

FNDE. **Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Disponível em:

<[http://www.fn-de.gov.br/pls/simad/internet\\_fn-de.liberacoes\\_result\\_pc?p\\_ano=2018&p\\_programa=&p\\_uf=GO&p\\_municipio=521830&p\\_tp\\_entidade=&p\\_cgc=01743335000162](http://www.fn-de.gov.br/pls/simad/internet_fn-de.liberacoes_result_pc?p_ano=2018&p_programa=&p_uf=GO&p_municipio=521830&p_tp_entidade=&p_cgc=01743335000162)>. Acesso em 08/04/2019.

FORNAZIER, A; BELIK, W. **Produção e Consumo local de alimentos: novas abordagens e perspectivas para as políticas públicas**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas - SP, 20(2):204-208, 2013.

FORNAZIER, Armando; MORAES SILVA, T. **Ticket feira e a indução aos circuitos curtos de comercialização de produtos agroindustriais**. In: Third International Conference Agriculture and Food in an Urbanizing Society - III AgUrb, 2018, Porto Alegre, RS. Healthy food, socio-biodiversity, and sustainable agrifood systems: innovations from consumption to production. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2018. p. 1-10.

FRANZONI, G. B. **Inovação Social e Tecnologia Social: o caso da cadeia curta de agricultores familiares e a alimentação escolar em Porto Alegre/RS**. 2015. 146 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2015.

FRIEDMANN, H. **The Political Economy of Food: a global crises**. New Left Review, London, n. 197, 1993.

GOODMAN, D. **The quality “turn” and alternative food practices: reflections and agenda**. Journal of Rural Studies, n. 19 p. 1-7, 2003.

LANDOLI, R. **Mundo produz comida suficiente, mas fome ainda é uma realidade**. 2016. Disponível em: < <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2016/09/02/Mundo-produz-comida-suficiente-mas-fome-ainda-%C3%A9-uma-realidade>>. Acesso em: 06/04/2019

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Disponível em: <[https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo\\_agro/resultadosagro/index.html](https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html)>. Acesso em 25/03/2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/posse.html?>>. Acesso em 20/11/2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares**. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9050-pesquisa-de-orcamentos-familiares.html?edicao=9059&t=destaques> >. Acesso em 20/11/2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal - PAM**. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/9119-producao-agricola-municipal-cereais-leguminosas-e-oleaginosas.html?=&t=o-que-e> >. Acesso em 20/11/2018.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Agropecuário. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/posse/pesquisa/24/76693>>. Acesso em: 29/03/2019.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/linhas-de-cr%C3%A9dito>>. Acesso em 12/02/2019.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. **Food supply chain approaches: exploring their role in the rural development**. Sociologia Ruralis, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000.

McMICHAEL, P. A food regime genealogy. Journal of Peasant Studies, v.36, n.1, p.139-169, 2009.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acesso em: 10/03/2019.

MENDES, JTG.; PADILHA JUNIOR, J.B. **Agronegócio - uma abordagem econômica**. Curitiba: Pearson, 2007.

MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JUNIOR, João Batista. **Agronegócio: Uma Abordagem Econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

NANTES, J. F.; LEONELLI, F. C. V. **Cadeia produtiva de vegetais hortifruti minimamente processados (HFMP)**. São Carlos: GEPAL, 2000

NEVES, Marcos Fava.; CHADDAD, Fabio Ribas.; LAZZARINI, Sérgio Giovanetti. **Gestão de Negócios em Alimentos**. Ed. Pioneira, São Paulo – SP, 2001.

OLSON, F. E. **An empirical approach to exploring the role of selective incentives in mitigating the free rider problem**. 2007. 205 f. Tese (Doutorado em Economia Agrícola) - Universidade de Missouri, Columbia, Estados Unidos da América.

PREFEITURA. Prefeitura Municipal de Posse. **Geografia**. Disponível em: <<https://www.posse.go.gov.br/a-cidade/geografia/>>. Acesso em: 16/04/2019.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. **Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development**. Environment and Planning, v. 35, p. 393-411, 2003.

RODRIGUES, F.E.S. **Gaúchos em Posse-GO: Identidade Cultural e Redefinição da Cultura Goiana**. 2013. 37f. Monografia (licenciatura em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). Políticas públicas e participação social no Brasil rural. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p. 21-49.

SCHMITT, C. J. **Aquisição de alimentos da agricultura familiar – Integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional**. Revista de Política Agrícola, Ano XIV – nº 2. P. 78-88. 2005.

SEAD. **Secretaria Especial de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: < <http://smap14.mda.gov.br/extratodap/PesquisarDAP>>. Acesso em: 08/04/2019.

VIEIRA, Emílio. **A saga da Posse & álbum das famílias**. Goiânia: do Autor, 2005. p.

WORLD HEALTH ORGANIZATION/FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION.  
**Expert consultation.** Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases. Geneva:  
World Health Organization; 2003. (WHO Technical Report Series, 916).

ZANINI, Michel. **Formulário eletrônicos**. 2007 . 21 p. UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SANTA CATARINA, Florianópolis. Disponível em < <https://projetos.inf.ufsc.br/>>.  
Acesso em: 6 Abr. 2019.



## APÊNDICE I

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA

ACADÊMICA: KAUANA BARBOSA DE OLIVEIRA

Disponível em:

<[https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeDuSHRg4SJ66BqLYufV-v\\_UykRb2yzlostuDdD1luoYgNsZg/viewform](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeDuSHRg4SJ66BqLYufV-v_UykRb2yzlostuDdD1luoYgNsZg/viewform)>

### Amostragem para definição do padrão alimentar local

Essa pesquisa tem como objetivo a identificação do padrão alimentar de produtos FLV (frutas, legumes e verduras) da cidade de Posse-GO.

**\*Obrigatório**

Idade \*

- ☐ 15 A 18 ANOS
- ☐ 19 A 24 ANOS
- ☐ 25 A 30 ANOS
- ☐ 31 ANOS OU MAIS



Com que frequência você consome produtos FLV (frutas, legumes e verduras) \*

- ☐ NÃO CONSUMO
- ☐ CONSUMO RARAMENTE
- ☐ CONSUMO DIARIAMENTE

Quais os produtos você compra/consome com maior frequência? \*

- ☐ ABÓBORA CABOTIÃ
- ☐ ABOBRINHA
- ☐ AMEIXA
- ☐ BANANA
- ☐ BATATA
- ☐ BATATA DOCE
- ☐ BETERRABA

- ☐ CEBOLA
- ☐ CENOURA
- ☐ CHUCHU
- ☐ COCO
- ☐ GOIABA
- ☐ JILÓ
- ☐ KIWI
- ☐ LARANJA
- ☐ LIMÃO
- ☐ MAÇÃ
- ☐ MAMÃO
- ☐ MANDIOCA
- ☐ MANGA

- ☐ MELANCIA
- ☐ PEPINO
- ☐ PERA
- ☐ PIMENTÃO
- ☐ QUIABO
- ☐ TOMATE
- ☐ UVA
- ☐ VAGEM
- ☐ Outro: \_\_\_\_\_

Onde você compra esses produtos? \*

- ☐ SUPERMERCADO
- ☐ VERDURÃO
- ☐ FEIRA TRADICIONAL (feira livre)

Você sabe de onde vem esses produtos até chegar ao local de compra? \*

- ☐ SIM
- ☐ NÃO SEI, MAS GOSTARIA DE SABER
- ☐ NÃO SEI E NÃO TENHO INTERESSE

Compraria de produtores locais para ter produtos mais frescos, por conhecer os produtores e para valorizar a economia local?

- ☐ SIM
- ☐ NÃO
- ☐ TALVEZ



## APÊNDICE II

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA

ACADÊMICA: KAUANA BARBOSA DE OLIVEIRA

Esta pesquisa tem como objetivo elucidar dúvidas a respeito da situação dos agricultores familiares do município de Posse-GO.

Roteiro de entrevista – RESPONSÁVEL PELO SETOR DE FLV DO SUPERMERCADO.

1. De onde vem os produtos FLV que comercializam?
2. Cerca de quantos km esses produtos percorrem? Com que frequência é preciso reabastecer o estoque?
3. Já estimou a quantidade de quebras e perdas? Faz algo para evitar que isso aconteça?
4. Quais as dificuldades de comprar localmente? Teria interesse em comprar?
5. Quais os produtos comprados?
6. Quais os critérios para escolher os produtos? Há uma maior valorização pela qualidade ou o preço é o fator principal?



### APÊNDICE III

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA

ACADÊMICA: KAUANA BARBOSA DE OLIVEIRA

Esta pesquisa tem como objetivo elucidar dúvidas a respeito da situação dos agricultores familiares do município de Posse-GO.

#### Roteiro de entrevista – SECRETÁRIO DE AGRICULTURA

1. Inicialmente, poderia falar um pouco sobre o panorama municipal da agricultura familiar?
2. Quais os principais produtos produzidos no município?
3. Qual a quantidade de produtores na região?
4. Há políticas públicas de incentivo a esses produtores?
5. Quais seriam as limitações que os produtores locais encontram que dificultam ou inviabilizam o aumento da produção para o abastecimento local?
6. Qual ou quais acredita ser o principal canal de comercialização que eles (os produtores) utilizam?
7. Os produtores familiares/pequenos recebem algum tipo de assistência técnica?
8. Existe algum tipo de parceria entre a prefeitura e a EMATER para amparar os produtores locais?
9. A prefeitura compra de que local os alimentos da alimentação escolar?



#### APÊNDICE IV

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA

ACADÊMICA: KAUANA BARBOSA DE OLIVEIRA

Esta pesquisa tem como objetivo elucidar dúvidas a respeito da situação dos agricultores familiares do município de Posse-GO.

Roteiro de entrevista – PRODUTOR.

1. É um agricultor familiar?
2. Recebe algum tipo de assistência técnica?
3. Quais produtos produz? Quais produz em maior quantidade?
4. Qual a principal forma de comercializar seus produtos?
5. Tem algum incentivo do governo ou município?
6. Consegue transportar seus produtos com facilidade e sem muitos gastos?